



LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(ORGANIZADORA)

INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 2

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

**Investigação Científica nas Ciências
Sociais Aplicadas**
2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
162	<p>Investigação científica nas ciências sociais aplicadas 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-689-8 DOI 10.22533/at.ed.898190710</p> <p>1. Ciências sociais. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 300.72</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas” publicado pela editora Atena, apresenta 40 pesquisas realizadas com temáticas que contribuem para conhecermos um pouco mais sobre a sociedade em que vivemos, bem como, sobre os desafios e estratégias relacionadas a esta.

Os artigos foram organizados em sete seções, além de dois artigos que trazem temas gerais para o debate. As seções estão divididas conforme segue: Desenvolvimento Urbano; Desenvolvimento Organizacional; Meio Ambiente e Economia; Políticas Públicas; Formação Profissional: Ensino, pesquisa e extensão; O feminino e as diferentes interfaces com as relações de gênero e Relações sociais: representações e reflexões;

O e-book apresenta caráter interdisciplinar e as publicações fundamentam o debate sobre temas que são centrais para a sociedade contemporânea. Possibilitam reconhecer e dar visibilidade às relações estabelecidas com os temas propostos e os aspectos econômicos, enquanto categoria central para se pensar nos desafios e estratégias postos para a vida em uma sociedade capitalista.

Destaca-se a seção que trata do tema “Formação Profissional”, em que são apresentados seis pesquisas voltadas para o reconhecimento da importância e contribuição do ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento regional e prestação de serviços à população.

Os artigos e seções mantêm articulação entre si e contribuem para a divulgação e visibilidade de pesquisas que se voltam para o reconhecimento das estratégias e necessidades postas para vida em sociedade no atual contexto social, econômico e político.

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

IV. POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 1	1
IMPORTÂNCIA DA CADEIA DE CUSTÓDIA E O PROCESSO DE REVITIMIZAÇÃO DAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL NA CIDADE DE PORTO NACIONAL-TO, BRASIL	

Daniel Pires

Vanessa da Silva Matos Galvão

Fabiana Martins Venturini Andrade

DOI 10.22533/at.ed.8981907101

CAPÍTULO 2	12
-------------------------	-----------

INVESTIMENTOS PÚBLICOS E A GERAÇÃO DE EMPREGOS

Mírian Rampi

DOI 10.22533/at.ed.8981907102

CAPÍTULO 3	22
-------------------------	-----------

PERCEPÇÃO DE FAMILIARES SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO GRUPO DE FAMÍLIAS DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL EM APÓDI/RN

Vinícius Costa Maia Monteiro

Adriano da Costa Belarmino

Antônio de Pádua César Freire

Fernando Camanducaio Sales Leiteo

Isaac Newton Machado Bezerra

Jocasta Maria Oliveira Moraes

Maria da Conceição Lima Alves

Moisés de Oliveira Freire

Mônica Laís de Moraes

Newton Chaves Nobre

Pablo Ramon da Silva Carvalho

Verenilson de Paiva Silva

DOI 10.22533/at.ed.8981907103

V. FORMAÇÃO PROFISSIONAL: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

CAPÍTULO 4	34
-------------------------	-----------

PESQUISA CIENTÍFICA E JUSTIÇA RESTAURATIVA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Laís de Almeida Veiga

Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima

DOI 10.22533/at.ed.8981907104

CAPÍTULO 5	40
-------------------------	-----------

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A CONTRIBUIÇÃO UNIVERSITÁRIA: UMA ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE 2008 A 2016

Mariane Rodrigues Volz de Aguiar

Adriano Correia Rodrigues

Jairo da Luz Oliveira

Sheila Kocourek

DOI 10.22533/at.ed.8981907105

CAPÍTULO 6 52

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DA REFORMA AGRÁRIA: REFLEXÕES ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, ASSESSORIA TÉCNICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CAMPO

Iara Pezzuti dos Santos
André Siqueira de Mendonça
Raul Pacheco Lemos dos Santos
Margarete Maria de Araújo Silva

DOI 10.22533/at.ed.8981907106

CAPÍTULO 7 64

DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: UMA VISÃO SOBRE A ÉTICA NA PROFISSÃO

Maria Helena Silva Gonzaga

DOI 10.22533/at.ed.8981907107

CAPÍTULO 8 74

A FENOMENOLOGIA DA ADOÇÃO: REFLEXÃO SOBRE A TEMÁTICA NO AMBIENTE ACADÊMICO DO CURSO DE DIREITO

Geraldo Alves Lima
Francisco Adaldson Junior Veras

DOI 10.22533/at.ed.8981907108

CAPÍTULO 9 92

PROJETO CIVIS: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

William Mog
Lívia Teresinha Salomão Piccinini
Renata de Figueiredo
Beatriz da Fé Reis

DOI 10.22533/at.ed.8981907109

VI. O FEMININO E AS DIFERENTES INTERFACES COM AS RELAÇÕES DE GÊNERO

CAPÍTULO 10 105

“DESINVIBILIZANDO AS MULHERES EM CONTEXTO MIGRATÓRIO INTERNO”: INTERFACES ENTRE MIGRAÇÃO, TRABALHO E GÊNERO

Guélmer Júnior Almeida de Faria
Maria da Luz Alves Ferreira
Andrea Maria Narciso Rocha de Paula

DOI 10.22533/at.ed.89819071010

CAPÍTULO 11 121

UMA ANÁLISE FEMINISTA ATRAVÉS DAS GERAÇÕES ACERCA DA IMPORTÂNCIA DA MILITÂNCIA SINDICAL RURAL PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES

Débora Bianco Lima Garbi
Jáder Ferreira Leite
Elisa Maria Andrade Brisola

DOI 10.22533/at.ed.89819071011

CAPÍTULO 12	130
ECONOMIA CRIATIVA E SUSTENTABILIDADE RURAL: UMA ABORDAGEM A PARTIR DE MULHERES ARTESÃS DO SEMIÁRIDO ALAGOANO	
<i>Silvania Monteiro da Silva</i> <i>Manoel Valquer Oliveira Melo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89819071012	

VII. RELAÇÕES SOCIAIS: REPRESENTAÇÕES E REFLEXÕES

CAPÍTULO 13	142
O MORTO E SUA REPRESENTAÇÃO NUMA PERSPECTIVA DA ANTROPOLOGIA SIMBÓLICA	
<i>Davi Kiermes Tavares</i> <i>José Paulo Siefert Brahm</i> <i>Diego Lemos Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89819071013	

CAPÍTULO 14	155
REFLEXÕES SOBRE A TEORIA DA SOCIEDADE EM REDE DE CASTELLS E A TEORIA DA REDE DE AÇÃO COMUNICATIVA DE HABERMAS	
<i>Lademir José Cremonini</i> <i>Odete Maria de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89819071014	

CAPÍTULO 15	174
DIGNIDADE HUMANA E LINGUAGEM CINEMATOGRAFICA: A TELA DA SOLIDARIEDADE	
<i>Ailana Amaral Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89819071015	

CAPÍTULO 16	181
DO GLAMOUR AO CHOQUE: A EXPERIÊNCIA ESTÉTICA DA MODA DE REI KAWAKUBO NA DÉCADA DE 1990 A PARTIR DE CONCEITOS BENJAMINIANOS	
<i>Camila Carmona Dias</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89819071016	

VIII. TEMAS GERAIS

CAPÍTULO 17	193
UMA QUOTA DE CONTROVÉRSIAS SOBRE AS PESQUISAS ELEITORAIS	
<i>Luci Nychai</i> <i>Jaíne Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89819071017	

CAPÍTULO 18	219
ÍNDICE DOS ATOS DE INFRAÇÕES COMETIDOS PELOS CONTADORES FISCALIZADOS	
<i>Mariana de Oliveira Santos</i> <i>Joice da Cunha Soares</i> <i>Lilane de Araújo Mendes Brandão</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89819071018	

CAPÍTULO 19	226
PAISAGEM URBANA E IMPACTO DE VIZINHANÇA: CONSEQUÊNCIAS DA INSERÇÃO DE UM EDIFÍCIO NO ESPAÇO URBANO	
<i>Susie Fonseca de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89819071019	
SOBRE A ORGANIZADORA	243
ÍNDICE REMISSIVO	244

UMA ANÁLISE FEMINISTA ATRAVÉS DAS GERAÇÕES ACERCA DA IMPORTÂNCIA DA MILITÂNCIA SINDICAL RURAL PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES

Débora Bianco Lima Garbi
Jáder Ferreira Leite
Elisa Maria Andrade Brisola

RESUMO: As formas de se viver as ruralidades feminina são marcadas por histórias de luta, seja pelo respeito ao seu corpo ou pela legitimação do seu trabalho, as mulheres ao longo dos anos, nos mais distintos tipos de vivências dos campos do nosso Brasil, têm se colocado como um sujeito de resistência e militância, tanto no sentido de resistir às imposições sexistas, que avassalam muitas vezes com o pouco do feminino que ainda a compõem, como também apresenta uma enorme capacidade de responder com uma força que apenas quem sabe o valor da luta consegue. Neste contexto de tensão entre os gêneros nos espaços públicos e privados, cujo patriarcado faz a ordem, em que meninas são invisibilizadas e ceifadas de vivenciarem sonhos por serem mulheres, onde a violência simbólica, sexual, patrimonial, e física as assolam emerge o sindicalismo como uma via de união entre as forças de mulheres. Inicialmente com pautas que norteavam direitos primários como acesso a identidade, carteira de trabalho e aposentadoria, aos poucos, a partir de uma agenda feminista, as reivindicações passaram a ser por mais igualdade entre os gêneros, melhor divisão das atividades domésticas e

mais autonomia, tanto financeira como sexual. Como consequências, um exército de mulheres que a cada dia, resistindo às imposições do patriarcado, fazem aumentar a massa que marcha rumo a igualdade. Contrariando a lógica de nossa cultura, muitas meninas estão se despertando para a militância, entendendo que a politização é uma saída para o enfrentamento das condições de subalternidade em que muitas delas estão inseridas.

PALAVRAS-CHAVE: Sindicalismo rural; Cidadania; Feminismo; Gênero.

Andreucci (2012) pontua que as primeiras organizações relativas às mulheres rurais tiveram início em 1980, culminando em 1986 no “Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTRNE) e em 1989 no “Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS) e destaca a importância de outro movimento, a “Marcha das Margaridas”, cuja 1ª edição aconteceu no ano 2000, marcando a virada do século com a possibilidade de negociação direta entre o governo e as mulheres do campo.

Cruz, Miranda e Fiúza (2017) em seu artigo “Movimentos Sociais Rurais no Brasil: o estado da arte”, após uma análise das teses e dissertações relativas aos movimentos sociais

rurais no Brasil desde a década de 1980, destacou que de 1980 até os anos 2000, as reivindicações sindicais se desbordavam sobre as condições do trabalho, porém, os movimentos dos anos 2000 voltam-se de forma crescente para a vida cotidiana, com demandas relativas à educação, ao uso dos meios de comunicação, bem como às questões relativas à juventude e às desigualdades de gênero.

Portanto, diante da transformação social que as mulheres do campo vêm vivendo, a possibilidade de exercer a militância política sindical confere às mulheres, não somente as que ocupam postos de liderança, um lugar de fala cujo espaço é legitimado pelas necessidades coletivas, em que suas posições ultrapassam as concepções individuais e faz emergir uma dinâmica social que visa conquistas importantes para as mulheres que vivenciam não somente o âmbito do trabalho, mas, sobretudo, conquistas que atravessam a vida cotidiana como um todo e que altera a forma de se viver não apenas delas, mas de todas a sua volta.

Abramovay e Silva (2000) afirmam que a organização sindical rural das mulheres é algo relativamente novo e que passou a ter maior visibilidade a partir de 1995, com foco na aposentadoria e em 1990 com a discussão dos direitos previdenciários, portanto, a partir da completa invisibilidade que se encontravam, começaram a se organizar em comissões que mais adiante mudaram radicalmente a vida destas e de outras mulheres do campo.

Em consonância, Giuliani (2017, p. 640) diz que, historicamente, vemos que as negociações muitas vezes conflituosas entre as organizações sindicais, o Estado e os empresários não se limitam às reivindicações trabalhistas dos primeiros; na verdade, acabam atingindo as relações de toda a sociedade.

Portanto, como pontuado por Maciazeki-Gomes, Nogueira, Vásquez e Toneli (2016) todo esse contexto social e cultural contribuiu para a abertura de níveis maiores de participação política das mulheres, assim como para importantes mudanças subjetivas no modo de ser mulher trabalhadora rural e auxiliou no rompimento com posições tradicionais de gênero.

Giuliani (2017) ao problematizar a questão do movimento sindical e os reflexos da militância em outras esferas para além do trabalho, afirma que as reivindicações e os movimentos das trabalhadoras atingiram áreas não ligadas exclusivamente às atividades produtivas, mas até a vida familiar, sendo válido dizer que até 1960, mais da metade da população brasileira vivia no meio rural, inserida em regimes de produção familiar ou de assalariamento informal e instável.

Deste modo, o próprio campo de pesquisa nos mostra, que se faz necessário problematizar no coletivo os espaços sociais vivenciados por estas mulheres, sobretudo em relação aos papéis sociais de gênero, hierarquização sexual do trabalho e as diversas faces da violência, de modo a compreender os deslocamentos de sentidos operados por elas e os processos de construção de sua identidade, sobretudo no âmbito privado e como essas mudanças afetaram o seu modo de estar e vivenciar o espaço público na sua condição de mulher em uma sociedade patriarcal e marcada

pelo machismo e sexismo.

Como já dizia Roxa Luxemburgo, importante revolucionária russa, “Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem”, sendo então uma das formas que emergem como uma possibilidade de conquista de direitos é por meio de um ativismo político de organização de classe, sendo o sindicato das(os) trabalhadoras(os) um importante meio de se produzir cidadania através campanhas que envolvem questões que transcendem o ambiente do labor, onde observa-se que as mulheres vão ganhando força pautada na sororidade.

De certo, pode-se afirmar que o movimento sindical feminino, primeiro restrito ao âmbito público de trabalho, se inicia com base em pautas feministas com reivindicações acerca de salário e condições de trabalho, porém, desta luta das trabalhadoras, nasce uma luta de classe que também ganha espaço no âmbito privado, cujo foco mais que defender, é assegurar condições de dignidade e cidadania às mulheres em todas as esferas.

Abramovay e Casto (1998) afirmam que o novo feminismo esta para além do movimento de mulheres e a nomenclaturas feministas, mas, se faz presente no sentido de promover empoderamento por meio de um processo de conquista, que questiona subordinações de classe, gênero e raça, “em que o poder sindical aparece como uma marca de gênero”.

A luta sindical incorpora assuntos que vão desde a saúde da mulher, passando pelo direito à previdência, e o reconhecimento do trabalho delas e que estes temas ganham significados para além do direito propriamente, mas que se estende a novas formas de constituição de subjetividade que compõem mais autonomia. [...] algo tão direto, como ter uma identidade, passa a significar uma trincheira de resgate de autoestima, prova para os direitos do(a) trabalhador(a), elemento de identidade de gênero, bandeira de direitos humanos e de respeito como pessoa, como trabalhador(a) específico(a) (ABRAMOVAY e SILVA, 2000, p. 353).

Desta maneira, para Garcia (2011), além de ser uma teoria política e uma prática social, o feminismo é uma reflexão sobre a forma de estar no mundo; uma forma de consciência crítica que questiona a teoria que coloca o masculino como universal [...] o feminismo foi além da teoria sociopolítica, mas, tornou-se uma espécie de reflexão sobre a forma com que a sociedade e a própria mulher enxergavam o feminino.

Portanto, como destacado por Maciazeki-Gomes, Nogueira, Vásquez e Toneli (2016, p. 156), a participação política, ao demarcar posicionamentos coletivos do movimento social aciona modos de vida produzidos por diferentes posicionamentos subjetivos, trazendo para o centro discussões atreladas ao privado como político.

Assim sendo, é importante destacar que a convergência entre o feminismo e o sindicalismo se dá no sentido de produzir a dimensão de cidadania, extremamente negado ao feminino, que, ao criar a capacidade de as mulheres definirem o que é cidadania para elas e integrar isso à sociedade, “estas se tornaram sujeitos políticos, tendo os direitos sociais como campo de lutas e de negociações” (PEREIRA-

MARQUES, 2009, p. 39).

Silva (2017) destaca que as mulheres participantes de diversos movimentos sociais se consideram mais fortalecidas enquanto sujeito e representantes dos movimentos femininos dos quais participam, bem como sente que seu trabalho é reconhecido e valorizado no contexto social e político em que estão inseridas.

Portanto, como pontuado por Maciazeki-Gomes, Nogueira, Vásquez e Toneli (2016, p. 151-152) a escuta e o compartilhar das histórias de cada uma, reverbera no coletivo, diz um *nós* que as fortalece para os embates cotidianos, assim, a participação no movimento social contribui para repensar sobre os modos de ser mulher, trabalhadora rural, mãe e esposa.

E é justamente este o ponto de guinada social promovido pela militância: por meio da união destas mulheres em torno de pautas comuns a todas, nasce a possibilidade de ser um sujeito de fala, de desejo e de direito, não mais invisibilidade, mas sim reconhecido para além de um sexo secundário, cuja dimensão cidadão aparece na forma de resistência e luta.

Menciona Biroli (2013, p. 85) que “o compartilhamento das experiências é a base para a resignificação das identidades das mulheres e das relações de gênero”. Corroborando Oliveira (2012, p. 161), “ganhar voz social foi, para as mulheres, a grande vitória histórica com que marcaram o século XX”.

Moraes (2016) completa destacando três pontos importantes acerca da importância da participação política de mulheres, sendo que, em primeiro lugar: ajuda na ruptura de um padrão de invisibilidade e subalternidade, em segundo, promove um questionamento acerca dos papéis de gênero e por fim, promove uma maior escolaridade destas mulheres.

Portanto, é inegável como a participação política das mulheres foi e é de suma importância para a maior legitimação delas não apenas no ambiente de labor, mas, enquanto cidadãs de direito e de poder político e social, tanto que a autora defende que a formação política das mulheres passa pela luta da superação da divisão sexual do trabalho.

Giulani (2017) relembra que no início do século passado a cidadania era restrita aos homens e que as reivindicações sindicais não faziam menções às especificidades das mulheres trabalhadoras, sendo que este cenário começa a se modificar a partir do fim da década de 1970, quando as práticas sindicais ganharam força e as reivindicações das mulheres começaram a ganhar voz por meio da militância delas próprias.

Assim, como destacados pelas autoras por Maciazeki-Gomes, Nogueira, Vásquez e Toneli (2016) “pensar a participação política como dispositivo de subjetivação abre espaço para composição de uma identidade coletiva que ancora e defende as necessidades das mulheres a partir de uma privacidade compartilhada”.

Vale destacar que é no meio rural que a luta sindical ganha força, como apontado por Giulani (2017), sendo que até hoje ganha-se destaque a greve realizada pelos

trabalhadores e trabalhadoras rurais dos municípios de Guariba e Bebedouro, onde mais de 60 mil boias-frias de cana e 200 mil trabalhadores safristas de laranja se uniram em 1984 para reivindicar maiores salários e a assinatura da carteira de trabalho.

Mas, como a luta dos trabalhadores é antes uma luta de cidadãos, a autora segue discorrendo acerca das solicitações que começaram focadas no trabalho se estenderam para questões envolvendo transporte, condições de moradia e saúde pública. Assim, fica evidente a intersecção entre a militância sindical e cidadania em sua dimensão política, sendo muitas vezes esses movimentos de classe dos trabalhadores o “pontapé” inicial para a construção de uma lógica de seguridade de direitos que transbordam a esfera do labor e se reflete na condição total de sujeito.

Portanto, a partir dos estudos apresentados por Oliveira e Leite (2016) em “Produções de sentidos sobre a militância política de mulheres vinculadas ao MST” vale a ressalva que com resultado os autores chegaram a conclusão de que “os sentidos da militância vêm justificados pelo investimento coletivo de luta, não só pelo acesso à terra, mas por conquista de direitos sociais”, e que como consequência “coloca a mulher em um novo local de vivência de seu feminino e contribuiu para a desconstrução das assimetrias entre os gêneros”.

Para Abramovay e Silva (2000, p. 354), em uma entrevista da coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres da Contag na época, Margarida Pereira da Silva afirma que as mulheres tiveram que elaborar estratégias para serem ouvidas e que obtiveram êxito apenas cinco anos depois. “[...] quando levávamos propostas para o conselho Contag, tínhamos vontade de chorar, de morrer, de matar, por que os homens não discutiam as propostas com seriedade, hoje pelo menos eles discutem, sendo a favor ou não.”

Desta forma, pode-se chegar à conclusão de que a militância é um importante instrumento de empoderamento, bem como para a garantia e conquista de direitos, mas também um mecanismo de subjetivação que orienta à mulher para práticas emancipatórias, resultando em uma maior vivência da cidadania.

Portanto, por meio do exercício da participação política, as mulheres podem ir além do ambiente privado e vivenciam de forma mais igualitária, justa e participativa, sendo que, como aponta Oliveira e Leite (2016):

Os efeitos da militância na vida das participantes do estudo assinalam permanências e rupturas em relação ao papel feminino no âmbito familiar, seja na reprodução de um lugar socialmente designado às mulheres de cuidado da casa e da família, seja no questionamento desse lugar ao vivenciar conquistas nas decisões familiares e de fomento da participação política, ao se inserirem em instâncias de representação institucional (associações, movimentos sociais, sindicatos rurais etc.).

Oliveira e Leite (2016, p. 188) seguem apontam que em seus estudos acerca da prática da militância junto às mulheres, também se encontrou um resgate no que diz respeito a contribuição, esperança, reconhecimento, transformação, conscientização

e luta e que “Tais sentidos evidenciam um jogo discursivo de posituação da vida, das conquistas de um processo de formação política, de um novo lugar enquanto mulher.

A participação política proporciona sonhos, desejos e conhecimentos que as mulheres rurais sequer pensavam que poderiam desejar e alcançar. [...]. A participação política influencia a vida privada das mulheres rurais na medida em que abre diversas janelas da esfera pública, deixando claro que a esfera privada não é o único espaço em que as mulheres podem transitar e sequer é um espaço exclusivo das mulheres (MORAES, 2016, p. 280).

Portanto, é urgente compreender a constituição subjetiva das mulheres com um enfoque crítico acerca de como a militância confere a elas uma dimensão política, cidadão e da autonomia e como isso produz deslocamento de sentidos em sua forma de experienciar essa vivência e como essa mudança de paradigmas afeta a geração posterior, mais especificamente, as jovens da comunidade.

Para tanto, Oliveira e Leite (2016, p. 188) apontam como uma sugestão de pesquisar futuras, estudo acerca dos rebatimentos produzidos a partir das gerações e de como essa continuidade poderia trazer benefícios para a sociedade:

Sinalizamos questões que ficam para novos estudos, como a relação entre militância e dimensão geracional, haja vista termos identificado como o processo de militância política, sob a perspectiva das mulheres entrevistadas, necessita de novos quadros, de militantes mais jovens que possam dar continuidade às conquistas alcançadas por meio da luta de suas antecessoras possibilitando, dessa maneira, que um investimento tão marcante como a militância política possa promover sentidos vinculados à transformação social (OLIVEIRA, LEITE, 2016, p. 189).

Desta maneira, assim como também pontuado por Garbi e Brisola (2017) “defende-se a necessidade da participação das mulheres nos movimentos sociais e partidos políticos cujas bandeiras de lutas se voltem à igualdade de gênero”, pois, como afirmado por Simone de Beauvoir “Basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados”.

Abramovay e Silva (2000) pontuam que apesar do aumento do número de mulheres sindicalizadas e da existência delas nos postos de liderança, ainda são os homens a maioria a ocupar os postos de decisão “obedecendo a lógica da cultura masculina, que reserva ao homem esses cargos e maior facilidade de trânsito no espaço público (p. 358).

Nos estudos elaborados por Maciazeki-Gomes, Nogueira, Vásques e Toneli (2016), também é apontado que o estudo acerca da participação da política na psicologia social é escasso, assim como a intersecção com o feminismo e gênero em contexto de ruralidade. Vale ressaltar também que como resultado da pesquisa realizada, as autoras destacaram a necessidade de angariar novas militantes, pois, de acordo com a fala das próprias entrevistadas, elas estão envelhecendo e a incorporação de novas mulheres auxilia na manutenção dos direitos conquistados e seguem afirmando que:

“A participação política se dá, também, como parte de um processo crítico, atravessado por processos socializadores imersos na vida cotidiana. De modo que, o acompanhar das novas gerações o envolvimento da mãe nas atividades do movimento de mulheres produziu incentivos à participação, ao trilhar um caminho que foi construído em meio as privações e as dificuldades enfrentadas” MACIAZEKI-GOMES, NOGUEIRA, VÁSQUES E TONELI (2016, p. 154).

Reafirmando a necessidade de se aprofundar estudos acerca das condições das mulheres, não somente como trabalhadora, mas também como cidadã, mãe, esposa e filha, Cruz, Miranda e Fiúza (2017) advogam que foi no período entre 2003 e 2015, entre os governos de Lula e Dilma, houve o maior interesse em se conhecer como ação coletiva dos movimentos sociais rurais, sobretudo em questões relativas às condições de vida das pessoas com o foco para o reconhecimento dos direitos de novos atores sociais, como as mulheres e os jovens.

Desta forma, os autores defendem que as pesquisas analisadas em seu estudo acerca das publicações, cuja temática foi centrada nos movimentos sociais rurais, “evidenciam fatos e apontam caminhos para a emancipação, a tomada de consciência, a autonomia e a organização coletiva dos movimentos sociais no espaço rural” (CRUZ, MIRANDA e FIÚZA, 2017).

Os autores seguem afirmando que o aumento das pesquisas sobre os movimentos sociais rurais é fruto mais do que um engajamento dos pesquisadores das áreas sociais, mas também “das próprias urgências e demandas da realidade sob estudo, uma vez que as experiências realizadas pelos movimentos sociais rurais, instituídos ou não, vêm ganhando força sociocultural e acadêmica nos diferentes estados brasileiros”.

Para tanto, ao se analisar a condição de mulher militante sindical do âmbito rural, que é conhecedora de seus direitos como cidadã, pode-se apontar reflexões acerca da liberdade e autonomia de seus corpos, até então assuntos invisibilidades não apenas pela sociedade, por elas próprias.

Cabe destacar que a participação das mulheres nos sindicatos ainda é algo marcado pelo sexismo e pela divisão sexual do trabalho, como apontado por Abramovay e Silva (2000) em seu estudo acerca das relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (Contag), “apesar do discurso de gênero ter sido incorporado na Contag como um todo, é no momento da discussão sobre postos e poder que se acentuam os conflitos e divergências e as mulheres aparecem como o outro, o desconhecido, o que se teme”.

Neste sentido, mais um dado corrobora com essa situação. Em três livros consultados na Biblioteca Central da UFRN, cujo tema era os novos desafios sindicais, nenhum deles fazia qualquer menção à participação das mulheres. Apenas em um, cujo foco de todo livro foi analisar as entrevistas dos líderes sindicais sobre vários aspectos, sendo que não havia nenhuma mulher exercendo a liderança. Chama

atenção da fala de um dos entrevistados que diz:

“É preciso investir na juventude e nas mulheres. Há uma grande quantidade de mulheres na indústria metalúrgica, mas elas não vêm para o sindicato. Primeiro, porque o próprio sindicato não valoriza. Segundo, porque os maridos acreditam que a mulher é do lar e dos filhos, mesmo ela trabalhando e ajudando na tarefa financeira” (MISAILIDIS, 2001, p. 216).

Desta maneira, entender como as jovens mulheres entendem a militância sindical como importante modificador do contexto privado e a sua relação com as hierarquias de gênero- cuja realidade do patriarcado e do sexismo marcam a dinâmica familiar e social como um todo, se faz pungente no sentido de promover continuidades de lutas que possam garantir vivenciar a experiência de sua condição de mulher, sobretudo no campo, lugar tão marcado pela violência contra elas, como apontado por Butto (2010, p. 220):

Movimentos sociais de mulheres e a sua auto-organização, em ambientes mistos de organização da sociedade civil, foram capazes de transformar relações na família, contestando, por exemplo, a violência doméstica e garantindo a inclusão sindical como filiadas, e não como esposas e filhas de homens sindicalizados.

Assim sendo, Leite, Dimenstein, Dantas, Macedo e Freitas (2016) destacam que as vitórias das mulheres do campo no sentido de lutas contra a hierarquia dos sexos permitem uma possibilidade de visibilidade destas mulheres que até então pareciam não existirem.

Para Butto (2010) a questão do poder social exercido pelos homens, resultado de uma massiva participação deles nos processos de gestão, “não se resolve com o mero estímulo à participação dos distintos atores/atrizes sociais, mas com a combinação do maior protagonismo das mulheres rurais, as consideradas mais pobres e excluídas”.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; SILVA, R. As relações de gênero na confederação nacional de trabalhadores rurais (CONTAG). In: ROCHA, M. I. B. (org) **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Editora 34, 2000.

ANDREUCCI, A. C. P. T. **Igualdade de gênero e ações afirmativas**: desafios e perspectivas para as mulheres brasileiras pós Constituição Federal de 1988. São Paulo: LTr, 2012.

BIROLI, F. **Autonomia e desigualdade de gênero**: contribuições do feminismo para a crítica democrática. Vinhedo, SP: Horizonte, 2013.

BUTTO, A. Mulheres na reforma agrária: experiência recente no Brasil. São Paulo: MDA, 2010.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 16, n. 2, , p. 221-36, Universidade de Minho, Portugal, 2003.

CRUZ, E. F.; MIRANDA, E. L.; FIÚZA, A. L. C. Movimentos Sociais Rurais no Brasil: o estado da arte.

Rev. Econ. Sociol. Rural. Brasília. v.55, 2017, p. 123-135.

GARBI, D. B. L.; BRISOLA, E. M. A. **Mulheres trabalhadoras no capitalismo contemporâneo.** Curitiba: Prismas, 2017.

GARCIA, C. C. **Breve história do feminismo.** São Paulo: Claridade, 2011.

GIULANI, P. C. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, M. D.; PINSKY, C. B. **História das mulheres no Brasil.** 10 ed. São Paulo: Contexto, 2017.

LEITE, J.L.; DIMENSTEIN, M.; DANTAS, C.; MACEDO, J. P.; FREITAS, A. B. Pobreza, participação política e autonomia de mulheres no meio rural brasileiro. In: XIMENES, V. M.; NEPOMUCENO, B. B.; CAMURAÇA, E.; MOURA JÚNIOR, J. F. **Implicações psicossociais da pobreza.** Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2016.

MACIAZEKI-GOMES, R. C.; NOGUEIRA, C.; VÁZQUEZ, C. L.; TONELI, M. J. **Participação política e subjetividade- Narrativas de vida de trabalhadoras rurais do Sul do Brasil.** *Psico* nº47(2), 2016, p. 148-158

MISAILIDIS, M. L. **Os desafios do sindicalismo brasileiro diante das atuais tendências.** São Paulo: LTR, 2001.

MORAES, L. L. Eu escuto o lado bom! Um estudo obre mulheres rurais do sertão pernambucano que enfrentam julgamentos e ampliam desejos a partir da participação política. **Amazôn., Rev. Antropol.** (Online). v. 8 (2), 2016, p. 264 - 282.

OLIVEIRA, A. B. F.; LEITE, J. F. Produções de sentido sobre a militância política de mulheres vinculadas ao MST. **Revista Subjetividades.** Fortaleza, v. 16(1), 2016. P. 181-190.

OLIVEIRA, R. D. **Elogio da diferença:** o feminino emergente. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

PEREIRA-MARQUES, B. Cidadania. In: HIRATA, H. *et al.* **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: Unesp, 2009. p. 35-9.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História.** v. 15, São Paulo, 1997.

SILVA, L. A. Mulheres quebradeiras de coco babaçu e movimentos sociais. **P2P & INOVAÇÃO.** Rio de Janeiro, v. 3 n. 2, 2017. p.161-176.

SILVA, M. A. M. De colona a boia-fria. In: PRIORE, M. D.; PINSKY, C. B. **História das mulheres no Brasil.** 10 ed. São Paulo: Contexto, 2017.

SOBRE A ORGANIZADORA

Luciana Pavowski Franco Silvestre - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abuso sexual 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10

Acadêmicos 37, 62, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 74, 75, 86, 88, 89, 90

Adoção 74, 75, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90

Amostragem 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 217

Antropologia 78, 108, 142

Assistência técnica 58, 92, 93, 94, 102

Aura 181, 182, 183, 184, 190, 191

B

Brasil 1, 2, 3, 5, 9, 11, 12, 20, 22, 23, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 47, 48, 49, 57, 59, 62, 63, 65, 74, 75, 82, 83, 84, 85, 90, 91, 102, 110, 112, 113, 117, 119, 121, 122, 128, 129, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 149, 150, 151, 153, 154, 194, 204, 205, 217, 218, 242

C

Cadeias de custódias 1, 7

Capital intelectual 130, 131, 132, 133, 135, 140

Centro de atenção psicossocial 22, 26, 33

Choque 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191

Cidade 1, 2, 3, 4, 10, 17, 18, 23, 26, 33, 53, 54, 59, 62, 86, 93, 94, 95, 96, 113, 114, 115, 142, 143, 145, 185, 212, 215, 226, 228, 229, 234, 238, 239, 240, 241, 242

Cinema 174, 175, 177, 179

Contabilidade 13, 20, 21, 48, 49, 64, 65, 66, 72, 219, 220, 221, 222, 225

Curso de direito 90

D

Deficiência 174, 175, 177, 178, 179, 180

Desenvolvimento regional 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 120

Dignidade humana 174, 176, 178

E

Economia 12, 13, 15, 42, 46, 48, 49, 51, 63, 107, 115, 130, 131, 132, 133, 135, 138, 139, 140, 141, 193, 195, 198, 215

Empoderamento feminino 130

Estatuto da criança e do adolescente 91

Ética 3, 11, 27, 38, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 90, 133, 179, 219, 220, 221, 222, 225

Experiência 23, 24, 30, 31, 33, 52, 53, 55, 60, 63, 76, 78, 79, 80, 82, 88, 89, 92, 93, 119, 128, 130, 131, 169, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190

F

Família 6, 10, 11, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 56, 57, 58, 74, 82, 83, 86, 88, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 113, 116, 117, 125, 128, 134, 143, 146, 174, 179, 195, 243

Familiares 7, 9, 22, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 53, 56, 62, 107, 118, 125, 132, 150

Fenomenologia 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 162, 164

I

Impacto de vizinhança 226, 233

Inclusão social 12, 13, 94, 140, 178

Infração 219, 222, 224

J

Justiça restaurativa 34, 36, 37, 38, 39

M

Migração interna 105, 112, 119, 120

Moda 78, 141, 166, 181, 182, 183, 185, 186, 188, 189, 190, 191

Morte 79, 142, 143, 145, 151, 152, 153, 154, 242

Morto 142, 143, 150, 152, 153

Mundo da vida 155, 156, 157, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

P

Paisagem urbana 226, 227, 229, 235, 241, 242

Pesquisa científica 11, 34, 37

Pesquisas eleitorais 193, 194, 195, 196, 198, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218

Princípios morais 64

Probabilidade 193, 197, 199, 202, 209, 210, 213, 214

Profissional 4, 6, 24, 25, 33, 44, 52, 55, 59, 60, 64, 65, 66, 69, 71, 72, 73, 94, 102, 116, 194, 219, 221, 222, 224, 225

Projeto civis 92, 94

Q

Quotas 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 208, 212, 213, 214, 215, 216, 217

R

Razão de sexo 105, 114, 115

Rede de ação comunicativa 155, 156, 163, 165, 167

Relações de gênero 63, 105, 106, 107, 108, 110, 118, 124, 127, 128

Representação 42, 125, 142, 143, 146, 163, 187, 201, 208

Revitimização 1, 3, 4, 5, 7, 10

Revolução tecnológica informacional

S

Saúde criança 93, 103, 104

Saúde mental 7, 9, 11, 22, 23, 24, 25, 30, 32, 33

Sociedade em rede 155, 156, 158, 159, 161, 162, 163, 170, 171, 172

T

Taxa líquida de migração 105, 111, 115

Trabalho 4, 6, 7, 15, 18, 19, 25, 26, 33, 35, 40, 42, 43, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 82, 89, 93, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 139, 140, 156, 168, 174, 176, 181, 182, 186, 187, 188, 204, 220, 229

U

Universidades 34, 35, 37, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51

V

Vítimas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 36, 93, 109

Vivência 26, 125, 126, 181, 184, 185, 186, 190

Z

Zona rural 53, 115, 130, 131

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-689-8

